

RBESTRevista Brasileira de
Economia Social e do Trabalho**BJSLE**Brazilian Journal of
Social and Labour Economics<https://doi.org/10.20396/rbest.v5i00.17458>

DOSSIÊ

O mercado de trabalho no Pará: Economia primário-exportadora e desigualdade social

*José Raimundo Barreto Trindade***Gedson Thiago do Nascimento Borges***

Resumo

Integrado primeiro ao mercado internacional e depois ao nacional, a marca do Pará é a produção primária destinada à exportação, com ocupações informais (sem vínculo empregatício), complementada por atividades extrativistas destinadas à demanda interna, como o açaí. A dinâmica econômica neoextrativista exportadora aprisiona, histórica e socialmente, a economia regional num circuito de baixa capacidade de inclusão social e de elevado empobrecimento da população paraense, exemplo de um padrão de desenvolvimento periférico (dependente e excludente). Além da exploração de produtos da biodiversidade, como o cacau nativo, e o cultivo da cana-de-açúcar, a economia do Pará também se baseou recentemente na produção de soja e palma, na pecuária empresarial e na exploração de minérios. A questão que norteia as análises neste artigo refere-se às alterações ocorridas nas últimas duas décadas na estrutura ocupacional e nas relações de trabalho, considerando esse padrão de desenvolvimento primário-exportador. O uso de estatísticas descritivas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2012 a 2020), junto com as Contas Regionais e de Comércio Exterior, possibilitou uma análise do mercado de trabalho estadual, sem desconsiderar outros aspectos centrais socioeconômicos.

Palavras-chave: Estrutura produtiva; Mercado de trabalho; Desigualdade social.

JEL: E20, E29, J01, J21.

* Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1999-8988>

E-mail: jrtrindade@ufpa.br

** Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7034-3832>

E-mail: gedsonthiago@ufpa.br



Agradecimento: Os autores agradecem a Luciana Caetano da Silva pela coordenação da rede de pesquisadores que estimulou a redação do presente artigo.

The labor market in Para-Brazil: Primary-export economy and social inequality

Abstract

Integrated first to the international and then to the national market, the hallmark of the state of Pará is primary production for export, with informal occupations (without employment ties), complemented by extractive activities aimed at internal demand, such as "açai". The neoextractivist economic dynamics of exportation historically and socially imprison the regional economy in a circuit of low capacity of social inclusion and high impoverishment of the Para population, an example of a peripheral development pattern (dependent and excluding). Besides the exploitation of biodiversity products, such as native cacao, and the cultivation of sugar cane, the economy of Pará has also recently been based on the production of soy and palm oil, corporate cattle raising, and mining. The question that guides the analyses in this article refers to the changes that have occurred in the last two decades in the occupational structure and in labor relations, considering this pattern of primary-exporter development. The use of descriptive statistics based on the national survey by continuous household sampling (PNADC, 2012 to 2020), together with the regional and foreign trade accounts, enabled an analysis of the labor market, without disregarding other central socioeconomic aspects.

Keywords: Productive structure; Labor market; Social inequality.

El mercado de trabajo en Pará-Brasil: Economía primaria de exportación y desigualdad social

Resumen

Integrado primero en el mercado internacional y luego en el nacional, el estado de Pará tiene como sello distintivo la producción primaria para la exportación, con ocupaciones informales (sin vínculo laboral), complementadas por actividades extractivas dirigidas a la demanda interna, como el açai. La dinámica económica neoextractivista exportadora aprisiona, histórica y socialmente, a la economía regional en un circuito de baja capacidad de inclusión social y alto empobrecimiento de la población paraense, ejemplo de un patrón de desarrollo periférico (dependiente y excluyente). Además de la explotación de productos de la biodiversidad, como el cacao nativo, y del cultivo de la caña de azúcar, la economía de Pará también se ha basado recientemente en la producción de soja y palma, la ganadería empresarial y la minería. La cuestión que orienta los análisis de este artículo se refiere a los cambios ocurridos en las últimas dos décadas en la estructura ocupacional y en las relaciones laborales, considerando este patrón de desarrollo primario-exportador. El uso de estadísticas descriptivas basadas en la encuesta nacional continua por muestreo de hogares (PNADC, 2012 a 2020), junto con las cuentas regionales y de comercio exterior, permitió un análisis del mercado de trabajo, sin dejar de lado otros aspectos socioeconómicos centrales.

Palabras clave: Estructura productiva; Mercado de trabajo; Desigualdad social.

Le marché du travail à Pará-Brésil: Économie primaire d'exportation et inégalité sociale

Résumé

Intégré d'abord au marché international, puis au marché national, l'état du Pará se caractérise par une production primaire destinée à l'exportation, avec des occupations informelles (sans liens d'emploi), complétée par des activités extractives visant la demande interne, comme l'açai. La dynamique économique néoextractiviste exportatrice enferme, historiquement et socialement, l'économie régionale dans un circuit de faible capacité d'inclusion sociale et de forte paupérisation de la population du Pará, un exemple de modèle de développement périphérique (dépendant et excluant). Outre l'exploitation des produits de la biodiversité, tels que le cacao indigène, et la culture de la canne à sucre, l'économie du Pará s'est récemment appuyée sur la production de soja et de palme, l'élevage de bétail d'entreprise et l'exploitation minière. La question qui guide les analyses de cet article concerne les changements qui se sont produits au cours des deux dernières décennies dans la structure professionnelle et dans les relations de travail, compte tenu de ce modèle de développement primaire-exportateur. L'utilisation de statistiques descriptives basées sur l'enquête nationale continue par sondage sur les ménages (PNADC, 2012 à 2020), ainsi que sur les comptes régionaux et du commerce extérieur, a permis d'analyser le marché du travail, sans négliger d'autres aspects socio-économiques essentiels.

Mots-clés: Structure productive; Marché du travail; Inégalité sociale.

Introdução

O estado do Pará é marcado historicamente pela sua ocupação econômica a partir de atividades produtivas primárias destinadas à exportação, a informalidade de vínculos empregatícios e a presença de segmentos produtivos vinculados a demanda interna, especialmente a produção extrativista do açaí.

A história econômica paraense apresentava no final do século XIX e início do século XX, uma condição marcante e emblemática da conformação desse espaço territorial brasileiro, um expressivo crescimento do setor exportador de borracha e marcantes alterações sociais e demográficas. Vale lembrar, que a importância do extrativismo da borracha chegou a praticamente se equiparar ao café na balança exportadora brasileira, com 40% de participação em 1910 (Leal, 2010; Costa, 2012; Trindade, 2014).

A chamada “Belle Époque” amazônica, foi o momento também de maior crescimento urbano das duas principais cidades regionais, Belém e Manaus. Com a decadência da economia gomífera, ainda no final da década de 1910, o estado do Pará e a região como um todo, passa a deter uma dinâmica de “economia voltada para dentro”, apresentando baixa interação com a economia nacional até a década de 1960 (Mendes, 1958; Santos, 1980; Pandolfo, 1994; Leal, 2010; Costa, 2012).¹

Assim, a dinâmica econômica neoextrativista exportadora, aprisiona histórica e socialmente a economia regional a um circuito de baixa capacidade de inclusão social e de elevado empobrecimento da população paraense, exemplo notável do contraditório e excludente padrão dependente e periférico brasileiro. A partir da exploração de distintos produtos da biodiversidade, como o cacau nativo, passando pelo cultivo da cana-de-açúcar, o estado do Pará afirmou-se nos últimos cem anos, em ciclos de produtos primários, tanto da borracha, quanto da madeira e, mais recentemente, da pecuária empresarial e no último período da grande exploração mineral e da “plantation” de soja e palma.

A base desse modelo tem sido o desprezo pelas dinâmicas produtivas internas à região ou, pela construção de um padrão de inclusão socioeconômica que valorize a complexidade de nossa base natural e do bioma amazônico. De fato, a ampla maioria das

¹ O tratamento da história econômica do Pará deve ser analisado em artigo próprio, considerando os detalhes e a riqueza conflitiva que encerra sua cronologia. Vale aqui lembrar a intensa disputa social que se dá logo após a independência brasileira e conforma um dos processos mais radicais da luta social brasileira, refiro-me a Cabanagem, conflito político e social armado que, sob diversas interpretações, foi não somente uma rebelião popular, mas “potencialmente separatista. Para um tratamento minucioso da história econômica e social paraense, vale os seguintes trabalhos: Santos (1980); Emmi (1988); Leal (2010); Costa (2012); Harris (2017); Trindade (2014).

tentativas estratégicas de desenvolvimento na Amazônia brasileira e no estado do Pará, foram nos últimos 60 anos, associadas à ideia de que era necessário impulsionar espaços e setores econômicos em tese, portadores de grandes diferenças de produtividade do trabalho em relação aos demais setores da economia regional (Gudynas, 2009; Trindade, 2014; Trindade & Oliveira, 2011).

A estes, eram atribuídas à condição de vetores capazes de impulsionar o desenvolvimento regional. Quando se faz referência a tais setores econômicos, não se restringe a segmentos industriais e suas gigantescas plantas mineradoras, metalúrgicas e químicas, responsáveis por aproximadamente 19,7% do PIB paraense em 2019; remete-se igualmente a setores cuja produtividade implica, concomitantemente, a negação da diversidade ecológica originária da região, por exemplo, à pecuária extensiva, cujos pastos ocupam cerca de 14 milhões de hectares; às grandes fazendas; aos setores que patrocinam a monocultura, que cresce rapidamente no estado e aos setores que promovem a plantação de milhões de árvores destinadas à produção de celulose.

Estas tentativas estratégicas de desenvolvimento implementadas no Pará, estiveram também associadas à ideia da existência de “vantagens comparativas” oriundas da possibilidade da exploração dos estoques minerais, madeireiros, de terra, pesqueiros, hidrelétricos, entre outros recursos naturais disponíveis em grandes quantidades no estado, sendo, inclusive, a base de grande parte dos projetos de desenvolvimento regional.

O impulso e o patrocínio à criação de segmentos, supostamente, marcados por grandes diferenças de produtividade do trabalho e de “vantagens comparativas” assumiu, nos últimos 50 anos, um caráter majoritário nas tentativas estratégicas de modernização do estado do Pará. Foram assim implantados programas governamentais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, o “Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia” (Polamazônia), criado em 1974, e o “Programa Grande Carajás” (PGC), lançado em 1982, inspirados em teorias que preconizavam a necessidade da intervenção direta do Estado para induzir o desenvolvimento em áreas geográficas selecionadas (Hirschman, 1958; Perroux, 1967) por meio da concentração espacial de capitais, aptos, neste caso, a efetivar a mercantilização de recursos naturais que apresentariam grandes “vantagens comparativas” (SUDAM, 1976).

Na década de 1990, houve uma mudança nos discursos e nas práticas do Estado brasileiro em relação às políticas de desenvolvimento regional, expressas nas novas estratégias de desenvolvimento presentes nos Programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”. Passou-se a advogar a necessidade do estabelecimento de “eixos de integração” que possibilitariam o acesso mais competitivo aos mercados mundiais (Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento, 1997a). Todavia, segundo essa lógica, foi mantido, para a região,

o destaque para as vantagens comparativas das mercadorias vinculadas à exploração dos recursos naturais da região (Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento, 1997b).²

As tentativas estratégicas de desenvolvimento regional foram, portanto, pensadas como forma de “superação” da diversidade local, inclusive a diversidade ambiental, associadas comumente ao atraso, a sistemas pouco produtivos, a procedimentos arcaicos e de difícil replicação e conquanto limitados para a maximização da produção.

A lógica de tais tentativas de desenvolvimento justificou a elaboração de “pacotes” desenvolvimentistas, que permitiram contrapor-se à diversidade cultural, econômica, social e ambiental da Amazônia. Essa lógica pautava-se pela crença de que os agentes locais não têm condições de atuar como força propulsora do desenvolvimento regional, pela predominância de práticas autoritárias, pelo descolamento social das instâncias envolvidas no processo de elaboração e execução das políticas de desenvolvimento, pela convicção na superioridade e na maior eficiência das grandes estruturas produtivas e pela rejeição dos sistemas produtivos que operam em pequena escala, entre os quais os camponeses, apontados como tradicionais, de baixa rentabilidade e ambientalmente imprudentes. Dessa lógica, derivava o patrocínio à introdução de novas relações sociais, à definição de padrões exógenos e de aparatos de padronização para efetivar usos da base natural da região.

A ideia de que os processos de desenvolvimento regional devem estar assentados em grandes estruturas produtivas, fez com que o Estado e todo o seu aparato estimulassem a concentração de capitais para a realização de intervenções na região. Tal concentração de capitais enseja, também, de forma quase direta, a concentração de renda e não colabora para que se estenda a propriedade dos meios de produção a segmentos mais amplos da sociedade.

Dessa forma, por um lado, diversos agentes privados, com o apoio decisivo de ações e da institucionalidade estatais, têm historicamente introduzido no estado do Pará matrizes tecnológicas ambientalmente danosas, porquanto desenvolvidas na relação com outros ecossistemas, reforçando dinâmicas de homogeneização do espaço regional que se materializavam na aplicação de aparatos de padronização que negam a diversidade social e biológica da Amazônia.

A dimensão, a amplitude e o impacto desta padronização podem, como já ocorreu em diversas áreas, transformar em tais níveis a natureza originária de maneira que não se possa obter uma utilização qualificada das suas peculiaridades. Assim, no geral, as

² Os programas citados (Brasil em Ação e Avança Brasil) foram partes das políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, cuja característica principal, foi a completa adequação ao chamado “ordenamento do consenso de Washington” (Fiori, 2003; Trindade, 2001). Os aspectos regionais e as políticas federativas foram também adequadas a essa lógica liberal, com os objetivos de adequar a economia brasileira a lógica dos mercados globalizados.

intervenções estatais e de diversos entes privados foram obtidas por meio do uso insustentável de sua base natural, da ampliação das mazelas sociais e da concentração de riquezas e de poder econômico. Recorreu-se, assim, ao uso da base natural do estado, de forma pouco qualificada, para o atendimento de necessidades presentes de certos segmentos da sociedade, sendo os usos mais qualificados das especificidades naturais da região quase sempre negados ou postergados.

A exploração dos estoques minerais, madeireiros, de terra, pesqueiros, entre outros recursos naturais disponíveis na região, esteve na base dos projetos de desenvolvimento regional, mas, de forma desvinculada das necessidades cotidianas da ampla maioria da população. Portanto, o modelo dominante de desenvolvimento funda-se na utilização das supostas vantagens comparativas e, por conseguinte, na suposição de que a eficiente alocação de fatores de produção (capital, trabalho e terra) ofereceria condições para o desenvolvimento de uma região mediante a intensificação do comércio.

Por outro lado, tais tentativas estratégicas fortaleceram, em termos estruturais, a perpetuação de níveis elevados de subemprego e de assimetrias, igualmente elevados e persistentes na produtividade do trabalho, tanto entre setores como no interior deles, sobretudo no agrário paraense. A fragilidade desses tipos de estratégias expressa-se em termos, tanto temporais quanto espaciais, haja vista que reforça a perpetuação da heterogeneidade estrutural, a exploração insustentável dos recursos naturais, cria desequilíbrios regionais, limita as possibilidades de desenvolvimento social baseado noutras alternativas (Bebbington, 2009).

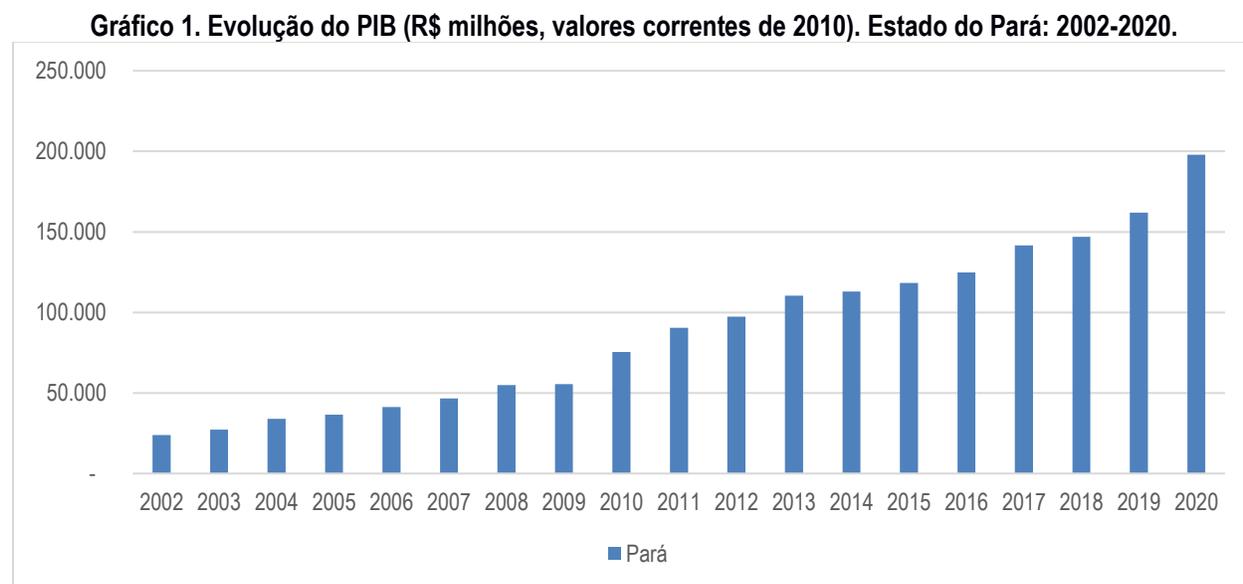
A questão que norteia as análises desenvolvidas neste artigo refere-se as modificações ocorridas no estado do Pará nas últimas duas décadas, especialmente tratando das alterações nas relações de trabalho assentadas no território paraense, considerando o padrão de desenvolvimento e às características primário-exportadoras. A utilização de estatísticas descritivas com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNADC-M) na série histórica de 2012 a 2020, juntamente em bases complementares, como as Contas Regionais e de Comércio Exterior, possibilitou uma análise detida do contexto estadual, centrado no mercado de trabalho, sem descurar outros aspectos centrais socioeconômicos paraenses.

O artigo está dividido em três seções, primeiramente desenvolve-se os aspectos teóricos que norteiam a análise, tendo como fundo a caracterização do padrão econômico paraense fazendo uso da noção de “padrão de especialização primário-exportador”; a seção seguinte desenvolve especificamente a análise do mercado de trabalho, tratando as contradições e a forma como elementos vinculados ao extrativismo, a informalidade e as

mudanças ocorridas com a expansão da mineração se apresentam no território; por fim apresentamos as considerações finais.

1. O padrão de especialização primário-exportador

O Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial com aproximadamente 1.247.954,666 km², uma área um pouco menor que a do Peru, sendo a 13^a maior região subnacional do mundo, ligeiramente à frente do Tibete e da Mongólia Interior, na China. O PIB paraense foi, em 2020, o maior da região Norte com valor nominal de R\$ 197,9 bilhões, contribuindo com 2,6% do PIB nacional (R\$ 7,4 trilhões) e 42,4% do PIB da região Norte (R\$ 478,1 bilhões) (Gráfico 1). A economia paraense ocupou a 10^a posição no ranking nacional em 2020. Suas principais atividades econômicas são o extrativismo mineral, vegetal, agricultura e pecuária, além do comércio e da administração pública (FAPESPA, 2022).

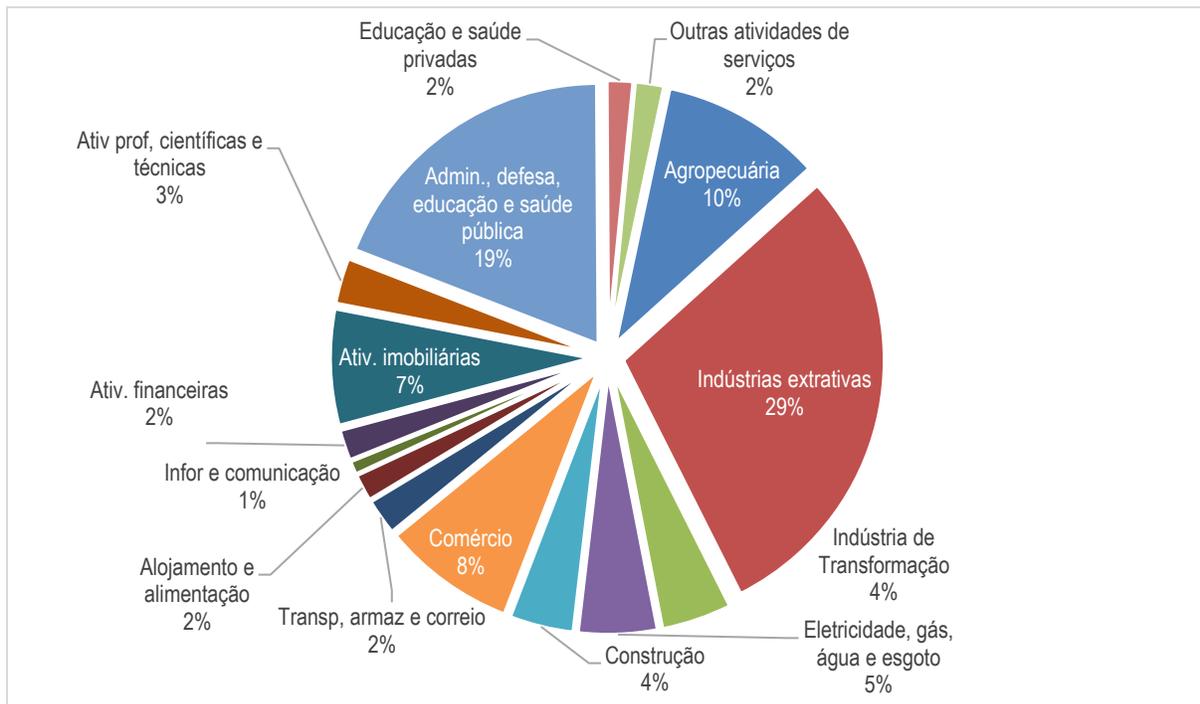


Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil (2020). Elaboração própria.

A atividade extrativa, principalmente mineral, correspondeu em 2015 a 9% do valor adicionado bruto a preços correntes de 2010, em um período que já vivenciava a queda dos preços no mercado internacional, enquanto o comércio e a agropecuária responderam com a significativa participação de 10%, o que implica a expansão da fronteira agrícola e pecuária, principalmente soja e gado no *hinterland* paraense. Ressalta-se que, a administração pública do estado representou neste ano 19% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), 2015). Uma constatação é a de que a indústria de transformação corresponde a apenas 4% do valor adicionado (Gráfico 2), mostrando que a cadeia produtiva da extração mineral não é intensificada dentro do estado. Deve-se frisar também, que as características econômicas centradas na extração e exportação de “commodities” minerais e agropecuárias estabelecem limites para a própria arrecadação tributária do Estado, como se verá mais a frente, em função da desoneração da base exportadora, ponto fundamental dos desequilíbrios federativos a serem tratados nacionalmente.

Gráfico 2. Distribuição setorial do valor adicionado bruto (%). Estado do Pará: 2020.



Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil (2020). Elaboração própria.

1.1. Exclusão social e concentração de renda

A lógica produtiva estabelecida no estado do Pará ao longo dos últimos trinta anos, se firmou em políticas modernizantes, porém, simplificadoras e pouco interconectadas com as dinâmicas econômicas locais. Um dos principais resultados desta forma de crescimento econômico se manifesta na contraditória elevação da pauta primário-exportadora vis-à-vis a baixa capacidade de investimento do estado do Pará e elevado nível de empobrecimento da sua população.

Esse modelo de desenvolvimento econômico predatório da natureza e excludente socialmente culminou, nas décadas de 1980 e 1990, no estabelecimento de um conjunto variado de empreendimentos mineiros. Esses projetos de elevado impacto estabeleceram uma nova disposição setorial na economia estadual: a partir da instalação das plantas de extração mineral de bauxita, hematita, caulim e outros minérios estratégicos. A caracterização do padrão econômico paraense evidencia o aprofundamento das relações periféricas e subordinadas na divisão internacional do trabalho, um padrão de especialização de produção primário exportadora (Osório, 2012; Luce, 2018; Trindade & Oliveira, 2017).

A mineração está presente em diversos municípios, porém, a maior produção encontra-se em Parauapebas, mas especificamente em Carajás, lugar da maior jazida de ferro do mundo explorada pela Companhia Vale. A mineração constitui o setor mais dinâmico e moderno da economia, com grandes aportes de tecnologia e fixidez de capital, porém, de baixa geração de empregos e corresponde à maior parcela da indústria no estado.

Outro exemplo desta característica produtiva é o município de Barcarena, onde a bauxita extraída no oeste do estado (Oriximiná) é transformada em alumina e alumínio no complexo Albrás/Alunorte, controladas pela multinacional norueguesa Hydro e, cuja exportação de alumínio destina-se principalmente para o Japão, embarcado pelo porto de Vila do Conde (Barcarena).

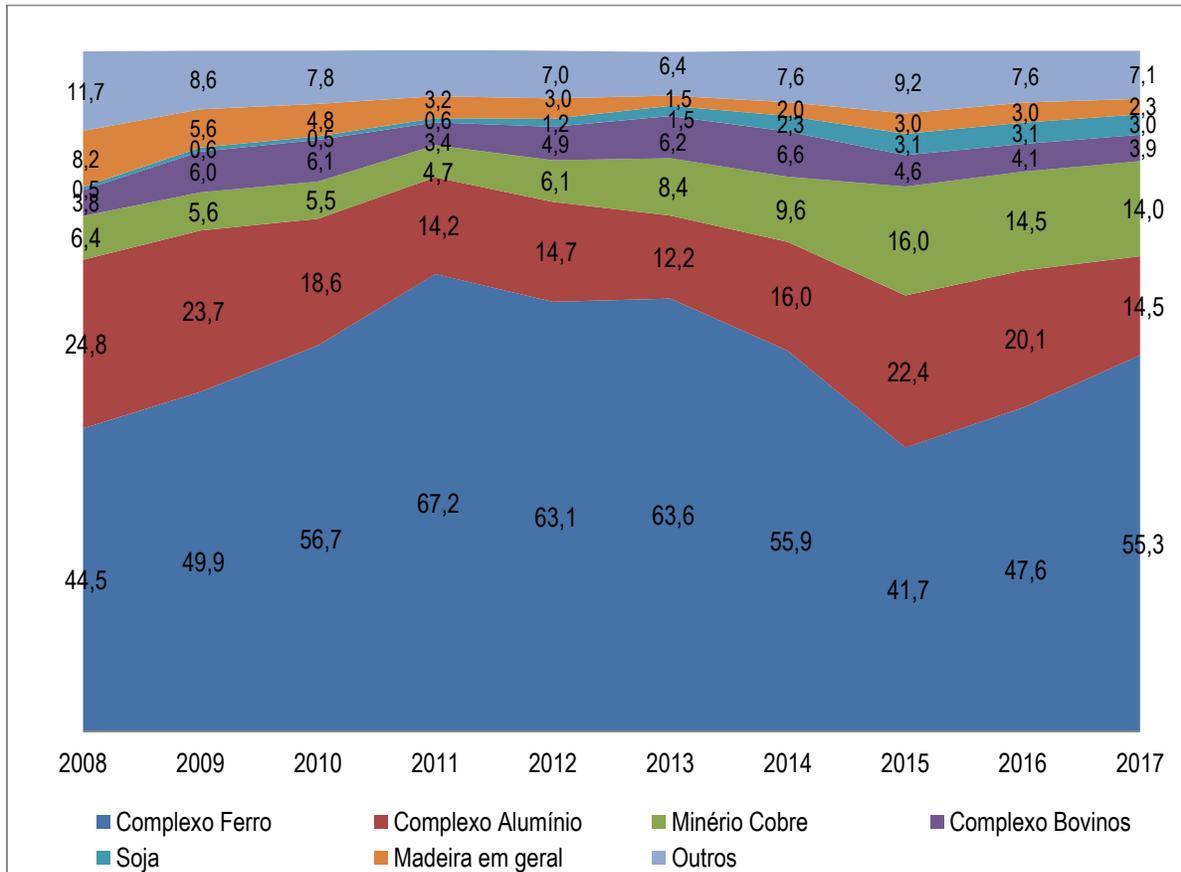
A agricultura, assim como a mineração, também está presente ao longo do território, sendo uma atividade mais tradicional no nordeste do estado, embora também esteja em pleno crescimento a fronteira da soja no sul e sudeste do estado, em direção a Santarém, no Oeste. Por outro lado, a pecuária teve início na região do Marajó com a criação de bubalinos e, se intensificou na região sul e sudeste do estado após os grandes projetos da década de 1970 e, segundo o IBGE (2012b), São Felix do Xingu constitui o município brasileiro com maior número de cabeças de gado, com pouco mais de dois milhões, contrastando com uma população de 91 mil habitantes.

A região sul e sudeste do estado concentra o maior número de atividades exportadoras como a agropecuária e a mineração, ficando Belém e sua zona de influência com atividades do setor terciário como comércio e serviços e baixa industrialização em seu entorno, com relevância para a produção metalúrgica concentrada no município de Barcarena, onde funciona o complexo Albrás/Alunorte.

A atividade econômica do estado está, em grande medida, orientada para o mercado externo e baseada em produtos primários, de baixo valor agregado, com efeito limitado sobre o emprego e a renda. A balança comercial do Estado reflete bem esse aspecto: na última década o Pará se tornou o sexto maior exportador e obteve o segundo melhor

resultado na balança comercial entre todas as unidades da federação. Grande parte das vendas externas está concentrada em produtos primários básicos, como minério de ferro, boi vivo e soja, como se depreende do Gráfico 3.

Gráfico 3. Principais produtos exportados (%). Pará: 2008-2017.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Sistema AliceWeb, 2017.

O Pará se destacou pelos grandes projetos, em especial, os minero-energéticos. Com um vasto potencial, a prospecção mineral teve início ainda na década de 1960,³ com a entrada de grandes empresas transnacionais na região amparadas por apoio estatal, como o caso da Companhia Vale, Albrás-Alunorte (Norsk Hydro) e da UHE de Tucuruí. Destas

³ Sobre as descobertas de minério na Amazônia oriental deve-se rememorar que em 1967, a United States Steel, através da sua subsidiária brasileira, a Companhia Meridional de Mineração, detectou as reservas de ferro da serra Arqueada de Carajás, com a estimativa de 18 bilhões de toneladas a céu aberto e de elevadíssimo teor de hematita e de manganês em Buritama. Desde 1968, a região de Carajás passa a ser estudada pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce). Em 1970, os estudos passaram a ser efetuados pela Amza (Amazônia Mineração S/A), formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela United States Steel (com 49,1% das ações). Em 1969, foram descobertas as reservas de bauxita (matéria-prima do alumínio) em Oriximiná, com aproximadamente 1,1 bilhão de toneladas (Trindade, 2001; 2014).

associações, ressalta-se a Vale do Rio Doce, uma estatal que detinha os direitos de exploração da reserva de ferro de Carajás. Destaca-se também, que o processo de planejamento era feito pelo governo federal, em detrimento das elites locais, ainda concentradas em atividades mercantis, expressando um dos problemas do federalismo brasileiro.

A grande exploração mineral industrial na Amazônia respondeu aos interesses dos governos militares, mas, também, das grandes multinacionais (fossem produtoras de minérios, fossem consumidoras) que buscavam fontes lucrativas e de baixo custo. A justificativa para a entrada das mineradoras na região, foi amparada em intensa propaganda em torno do desenvolvimento regional. O Estado apoiou e, muitas vezes, subvencionou a exploração mineral em razão dos *linkages* para trás e para frente da atividade. Ela seria uma indústria motriz para outras se estabelecerem na região. A ideia seria uma concentração vertical regional, em que as empresas mineradoras atrairiam firmas complementares ao ramo e, com o desenvolvimento da região e do capitalismo presente, existiria uma tendência à concentração vertical das firmas existentes.

Assim, a estrutura histórica e econômica do estado determinou o seu perfil exportador, voltado para a indústria extrativa mineral e para a agropecuária, pouco intensivas em mão de obra e com grande aparato tecnológico, diferente da industrialização para fornecimento de bens duráveis para o restante do Brasil como se verificou no estado do Amazonas, por exemplo.

O Gráfico 3 demonstra que as exportações do Estado do Pará estão concentradas em produtos básicos, como: minérios, bovinos, madeira, soja e pimenta. Somente o minério de ferro foi responsável por 55,3% das vendas externas do Pará em 2017. Essa parcela chegou a 64,2% em 2011, quando o preço do produto atingiu seu maior valor no mercado internacional. A queda de participação do minério de ferro coincide com o aumento da contribuição do minério de cobre, que saltou de 4,7%, em 2011, para 9,6% em 2014. Somados, os produtos minerais (minério de ferro, alumina, minério de cobre, alumínio, bauxita, caulim e minério de manganês) responderam por quase 85% das exportações paraenses em 2017.

Merecem destaque, também, os bovinos (boi vivo, carne bovina e couro bovino), que representaram em 2017 3,9% das exportações do estado; e, complementando a lista, pimenta (1,4%) e soja (3%), item que vem ampliando continuamente sua participação na pauta de exportações do Estado, acompanhando o rastilho de crescimento do agronegócio nacionalmente.

A madeira (em geral), que em 2008, respondia por 8,2% das exportações, reduziu sua participação para 2,3% em 2017. Outros produtos respondem, por apenas 7,1% das

exportações paraenses, o que evidencia a concentração do comércio exterior do Estado em um número reduzido de produtos.

Componente fundamental da dinâmica produtiva baseada na extração mineral, a produção de ferro deve, ser destacada, pelo peso que assumiu no contraditório padrão primário-exportador paraense, seja pela importância na balança comercial brasileira, ou pela influência na geopolítica estadual, onde a região de Carajás, no sul do Pará assume enorme importância. Assim, seguindo o impulso da forte valorização das *commodities* minerais no mercado internacional, na década de 2000, a produção e exportação de minério de ferro do Pará apresentou uma taxa de crescimento de 7,4% ao ano ente 2000 e 2010, com o valor das exportações saltando de US\$ 681 milhões para expressivos US\$ 6.900 bilhões tendo seu preço médio (dólar/ton) alcançado um aumento de 91,23% ao ano, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 4. Volume exportado e valor exportado de minério de ferro. Estado do Pará: 1997-2015.



Fonte: SECEX / MDIC. Sistema AliceWeb. Elaboração própria.

Tomando como referência o intervalo de 2005 a 2015, o volume exportado mais do que dobra, atingindo um pico de 123,7 milhões de toneladas no ano de 2015, o que representou um crescimento de 10,3% ao ano no período. Com um crescimento exponencial desde 1997 (ano de privatização da CVRD), as exportações apresentaram duas retrações mais acentuadas em 2003 e 2010 afetados pela queda dos preços decorrentes de instabilidades e crise financeira internacional. No entanto, a manutenção de níveis crescentes de exportação

contrasta com a queda dos preços do minério a partir de fevereiro de 2011, quando atingiu seu maior nível, alcançando US\$ 187 dólares/ton. métrica seca, mas, desde então, vem apresentando sucessivas quedas (Gráfico 4). Convém observar que, mesmo frente ao declínio dos preços internacionais no período mais recente (2011/2015), o volume produzido e exportado se mantém em alta, o que se justifica pela acelerada transferência do Sistema Sul da Companhia Vale do estado de Minas Gerais, para o Sistema Norte localizado no Pará, inclusive com o funcionamento da mina SN11D no município de Canaã dos Carajás. Como pode ser visto na composição da pauta exportadora do estado do Pará para o ano de 2020, o minério de ferro constitui o centro desse modelo de especialização primário-exportadora.

Tabela 1. Principais produtos exportados. Estado do Pará: 2020.

Descrição NCM	Valor FOB (US\$)	%
Minérios de ferro e seus concentrados	13.968.823.345	67,8
Outros minérios de cobre e seus concentrados	1.899.904.369	9,2
Alumina calcinada	1.212.165.421	5,9
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	759.451.520	3,7
Carnes desossadas de bovino, congeladas	406.779.238	2,0
Outros	2.364.646.984	11,5
Total	20.611.770.877	100,0

Fonte: Ministério da Economia, Comex Stat (2021). Elaboração própria.

13

2. Mercado de trabalho, emprego e renda: Contextualização social do território

Os grandes projetos minerais estabeleceram uma nova disposição setorial na economia paraense, a partir da instalação das plantas de extração mineral de bauxita, hematita e outros minerais, além das redutoras de alumínio. O Pará tornou-se o segundo produtor mineral do país,⁴ desencadeando modificações sociais e econômicas, particularmente sobre áreas sub-regionais, com relativas interferências sobre o comportamento da macro e microeconomia do estado, impactando as relações de emprego e de geração de renda.

⁴ O Pará, em menos de três décadas, se tornou o segundo maior produtor mineral do Brasil, estando atrás somente de Minas Gerais que já desenvolve a mineração de grande escala há mais de um século. Aproximadamente 88% dos 15,8 bilhões de dólares oriundos das exportações totais do Pará, em 2013, se deveram à indústria da mineração e transformação mineral, o que torna o setor mineral o carro-chefe das exportações paraenses, sendo que o minério de ferro sozinho era responsável por 70,7% do total das exportações (Secretaria de Estado da Fazenda do Pará, 2015).

Os setores econômicos mais importantes da economia paraense são, a mineração e beneficiamento mineral, bem como, a pecuária e a extração da madeira, os quais acabam alavancando setores como: serviços em geral, a produção de alimentos, vestuário e construção civil, que colocaram o estado numa rota de crescimento econômico nas últimas duas décadas. No período de 1995 a 2007,⁵ por exemplo, o crescimento acumulado do PIB paraense foi de 157,16%, o que proporcionou um crescimento médio de 4,76%, e consolidou taxas reais de crescimento da economia paraense bem acima da evolução do PIB acumulado brasileiro, que foi de 139,77%, ou seja, 3,31% em média.

Por mais que tenha havido expressivo crescimento econômico, basicamente puxado pela indústria extrativa mineral, como pode ser observado no Índice de Atividade Econômica (IAEC), porém, a taxa de não assalariamento mantém-se muito elevada, em torno de 45%, o que reflete as especificidades da não universalização da chamada Relação de Trabalho Assalariada Normal (RTAN) e a forte presença de formas de empregos informais e precários.

Outro ponto de relevância refere-se, ao quadro de baixa renda da população paraense, sendo que aproximadamente 60% da população do estado vive com uma renda menor que dois salários mínimos. Este quadro de baixa renda se reflete, em outros aspectos, como por exemplo, a elevada carga horária de trabalho diária, necessária para suprir o mínimo de renda necessário à sobrevivência. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2021, o rendimento médio do paraense (R\$ 1.837) era somente 70% do valor médio brasileiro (R\$ 2.587), sendo que mais de 65% da população ocupada trabalhava acima das 40 horas semanais.

Considerando somente o setor formal da economia, a realidade somente se altera muito parcialmente. Em 2020, o ganho salarial médio dos trabalhadores formais era de dois salários mínimos (R\$ 2.128). Vale ponderar que a política de reajuste do salário mínimo entre 2017 e 2022 acarretou perda salarial real, seja pela não recomposição do salário mínimo em conformidade as regras firmadas no início da década, seja pela aceleração inflacionária.

2.1. Tendências demográficas: Uma realidade marcada pela desigualdade social

A população do Pará, estimada pelo IBGE, em 2021, é de 8,7 milhões de habitantes, espalhados por 145 municípios com destaque para Belém que possui aproximadamente 2.040.483 de habitantes, em uma região metropolitana que chega a 2,5 milhões de habitantes, concentrando a maior parcela dessa população (34%) na faixa etária de 20 a 39 anos, sendo 49,5% do sexo feminino e 50,5% do sexo masculino.

⁵ No período de 1990 a 1994, os dados referentes ao PIB regional não estão disponíveis para comparação em função de alteração metodológica ocorrida.

A proporção de pessoas idosas (60 anos ou mais) na população geral apresentou tendência ascendente de 2008 até 2010, em correspondência com a redução dos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida ao nascer. A partir desse período, houve pequena redução no indicador, chegando em 2012 a 7%.

Tabela 2. Indicadores demográficos. Pará: 2008-2012.

Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Brasil (2013)
Proporção de idosos (%)	6,55	6,68	7,06	7,05	7,00	7,40
Índice de envelhecimento (%)	20,27	21,16	22,73	22,68	22,59	44,80
Razão de dependência	57,4	58,3	53,6	--	52,8	44,7
Taxa de fecundidade	2,52	2,45	2,38	2,32	2,26	1,95*

Fonte: IBGE e FAPESPA. Elaboração própria. * Dado referente a 2011.

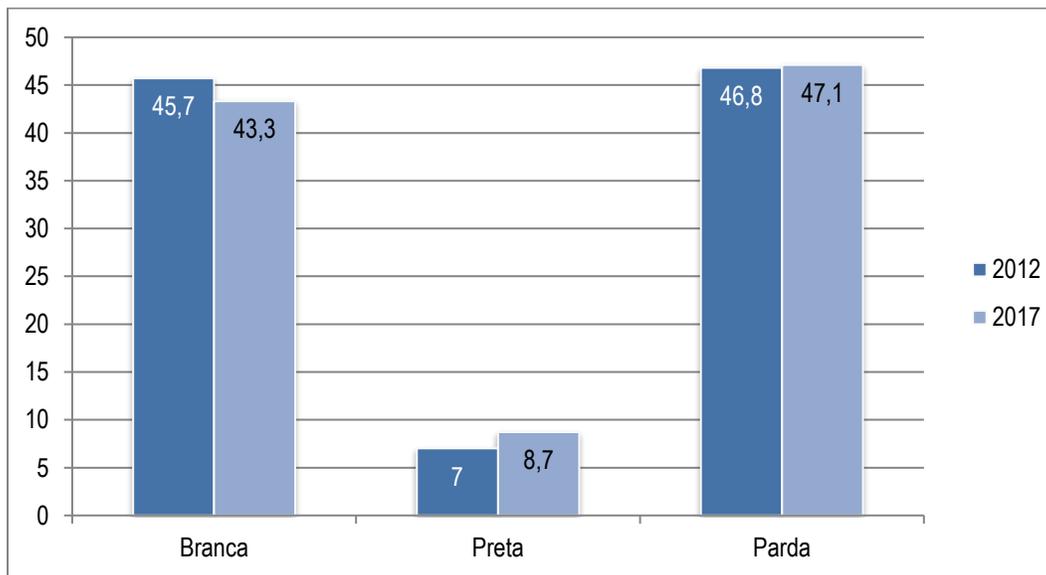
Nota: O índice de envelhecimento expressa a relação entre o número de idosos (65 anos ou mais) e a população jovem (menos de 15 anos). A taxa de fecundidade corresponde ao número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva (entre 15 e 49 anos).

A razão de dependência total mede a razão entre o número de pessoas consideradas inativas (pessoas menores de 15 anos ou com 60 anos ou mais de idade) e o de pessoas potencialmente ativas (aquelas com 15 a 59 anos de idade). No Pará, a razão de dependência total mostra que, há uma diminuição do grupo economicamente dependente em relação ao grupo de pessoas potencialmente ativas. Observando este indicador, constatou-se um gradativo declínio desde 2008, quando o percentual era de 63,65%, e passou para 61,6% em 2010, mantendo-se assim até 2012. Este aumento relativo da população em idade potencialmente ativa normalmente é associado a uma janela de oportunidades para o estado, desde que as pessoas estejam inseridas de maneira qualificada no mercado de trabalho, o que não é o que ocorre no estado, sendo que as oportunidades empregatícias, como se verá em seção própria, caracterizam-se pela ocupação informal e de baixa qualificação.

A taxa de fecundidade total mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo e, reflete mudanças estruturais na sociedade, tais como, a urbanização e maior participação feminina no mercado de trabalho. No período de 2008 a 2012, foi observada redução na taxa de fecundidade total, que passou de 2,52 para 2,26 respectivamente, bastante próxima da taxa de fecundidade nacional para 2011, que foi de 1,95 filho por mulher.

Quanto ao perfil racial, o estado do Pará, segundo o IBGE é o estado da federação com maior proporção de população autodeclarada preta ou parda, devido à alta miscigenação de sua população, particularmente índia e negra. Os dados do Pará contrastam com os do Brasil, que apesar de já mostrarem, por autorreconhecimento, uma maioria recente da população negra (cor da pele preta ou parda), esses valores chegam a 53,8% em 2012 e 55,8% em 2017, segundo a PNADC-T.

Gráfico 5. Distribuição da população por cor ou raça. Brasil: 2012 e 2017.



Fonte: IBGE. PNADC-T (2017). Elaboração própria.

A renda familiar per capita das famílias do Pará está em antepenúltimo lugar dentre os estados da Federação, sendo estimada em R\$ 755,00 para 2017, à frente somente do Maranhão (R\$ 597,00) e Alagoas (R\$ 658,00); portanto, a mais baixa da região Norte, bem abaixo da média nacional (R\$ 1.268,00). Em relação às estatísticas de gênero das famílias, fato relevante é a participação recente de mulheres responsáveis pela família, que há oito anos representavam já 42,5% das famílias do meio urbano e, em 2000, representa apenas 28% (total do Pará: 37,2%, Brasil: 38,5%).

Alguns aspectos chamam a atenção para a tabela abaixo. Em primeiro lugar a enorme mudança no perfil das famílias em dez anos. Em segundo lugar, o destaque para a verdadeira explosão de famílias monoparentais e/ou lideradas por mulheres no meio rural (de 9% para 24,2%) e, finalmente, o fato que boa parte dessas famílias tem renda até dois salários mínimos per capita. Este indicador traz grandes consequências para o desenho de

políticas públicas, à medida que, a sociedade e o governo têm que considerar mecanismos de proteção familiar que considerem o trabalho feminino como fundamental para o sustento de boa parte das famílias de nosso estado. A criação de equipamentos públicos, como creches, torna-se central nessa nova configuração das famílias.

Tabela 3. Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (em %), por faixa de renda familiar per capita (em salários mínimos). Pará: 2000 e 2010.

	2010	Até 1/2 s.m. (2010)	Mais de 2 s.m. (2010)	2000	Até 1/2 s.m. (2000)	Mais de 2 s.m. (2000)
Total	37,2	37,5	34,2	22,1	20,8	23,2
Áreas rurais	24,2	24,0	19,0	9,0	8,6	6,9
Áreas urbanas	42,5	46,8	35,4	28	30,2	25,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010. Elaboração própria.

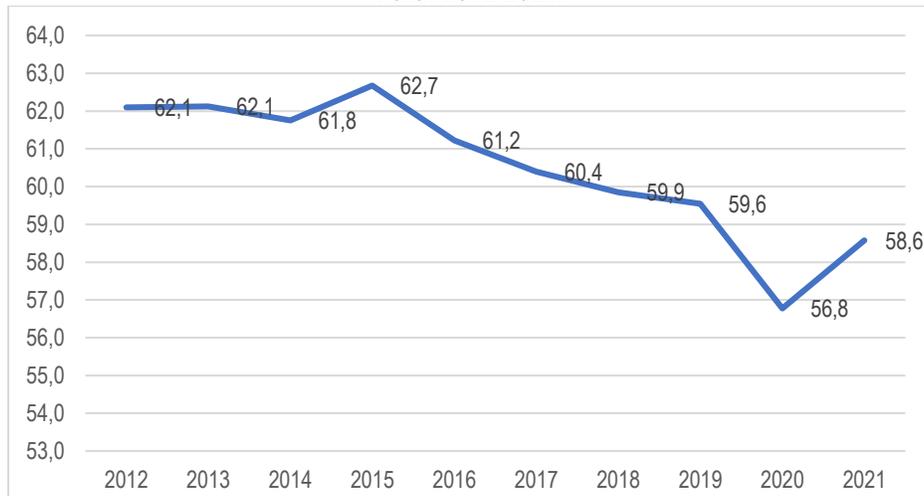
2.2. Disposição setorial do emprego e informalidade

A economia paraense apresentou ao longo dos últimos quinze anos um crescimento expressivo, por mais que isso não se reflita em melhoria de qualidade de vida da grande maioria de sua população. O Gráfico 1 denota a evolução do PIB real do Pará, para o período de 2002 a 2020, bem superior ao crescimento do PIB brasileiro, refletindo, em grande medida, o boom internacional das commodities minerais, especialmente o ferro e o cobre, minerais estratégicos, do qual o estado do Pará concentra a segunda produção nacional somente atrás de Minas Gerais. Porém, esse crescimento do PIB não se reflete no processo de geração de postos de trabalho, especialmente a expansão possível nos segmentos formais vinculados a grande produção mineral.

A evolução da taxa de participação no mercado de trabalho⁶ reflete nitidamente as condições deletérias nos últimos anos. Durante a última década, verifica-se uma tendência decrescente dessa razão, porém, com importantes alternâncias de momentos de elevado crescimento (anos de 2013 e 2014), mas a partir de 2015 observa-se forte retração refletindo o crescimento da população desalentada e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, como pode ser inferido no Gráfico 6.

⁶ Razão entre a População Econômica Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA), reflete o percentual da população em idade ativa que está ocupada ou à procura de trabalho.

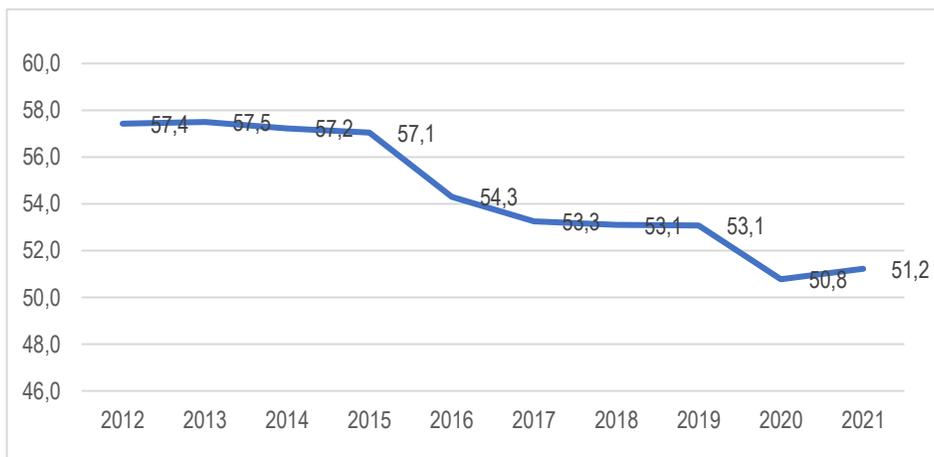
**Gráfico 6. Taxa de participação (PEA/PIA) (em %).
Pará: 2012-2021.**



Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

A evolução do nível de ocupação no estado do Pará (Gráfico 7), que indica a parcela da população economicamente ativa que está ocupada, mostra comportamento heterogêneo ao longo do tempo, porém, com tendência média de declínio, expresso por uma variação negativa de mais de 6% entre os anos de 2012 e 2021. O comportamento da taxa reflete a profunda crise econômica do período, sendo visível uma tendência de permanência da retração a despeito da crise sanitária de 2020 que acentuou o quadro pré-existente, o que denota o forte ciclo recessivo que ainda se mantém, a despeito das políticas de desregulamentação trabalhista de corte neoliberal.

Gráfico 7. Nível de ocupação (PO/PEA) (em %). Pará: 2012-2021.

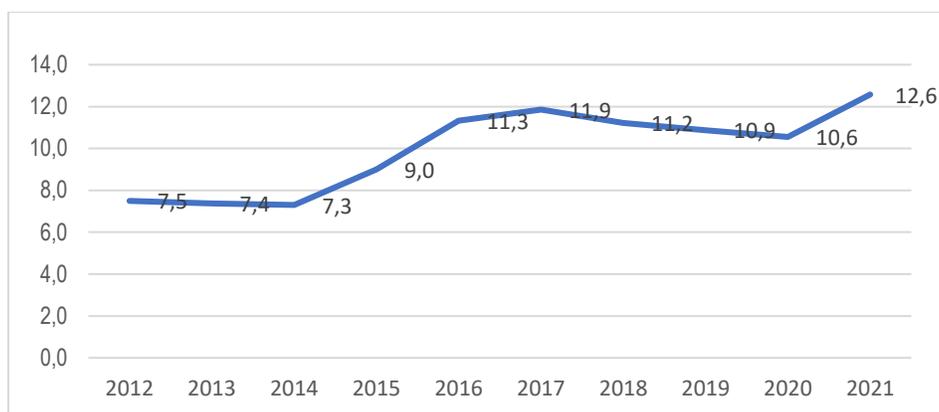


Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

Vale destacar que esse quadro contrasta fortemente com o quadro da década anterior, observado nos números referentes à ocupação estável, com parcial avanço das relações com carteira de trabalho assinada e certa regulação social. Porém, o último período mostrou o quanto os ciclos econômicos são instáveis, evoluindo para a rápida desestruturação recente, a partir da crise de 2015, e que se agravou a partir da nova legislação neoliberal estabelecida em 2017 (LC 13.467/17).

A análise da taxa de desocupação para o estado do Pará entre 2012 e 2021 (Gráfico 8) demonstra trajetória semelhante ao quadro nacional, com forte estabilidade negativa dessa variável em boa parte do período. Entre os anos de 2012 e 2014, observa-se um característico declínio puxado ainda pelo ciclo anterior de crescimento da economia brasileira a despeito das características de acoplamento da economia paraense nas condições primário-exportadoras. Porém, a partir de 2015, observa-se uma dificuldade de retomada macroeconômica e a acentuação da desocupação.

Gráfico 8. Taxa de desocupação (em %). Pará: 2012-2021.



Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

A distribuição dos ocupados por posição na ocupação e categoria de emprego pode ser vista na Tabela 4. A análise das variações no período demonstra que: i) o emprego formal no setor privado teve forte retração de quase 5,5%, reduzindo quase quarenta mil ocupados ao longo do período (2012-2020); ii) observa-se forte crescimento do chamado conta própria, eufemismo para formas muito precárias de emprego e obtenção de renda básica, com crescimento de mais de 10,6%, expandindo em mais de 119 mil ocupados, denotando o avanço da informalidade e de formas diversas de sobrevivência, induzido inclusive pela nova racionalidade dos empregos de plataforma; iii) vale observar o generalizado emprego sem carteira de trabalho assinada, inclusive no setor público.

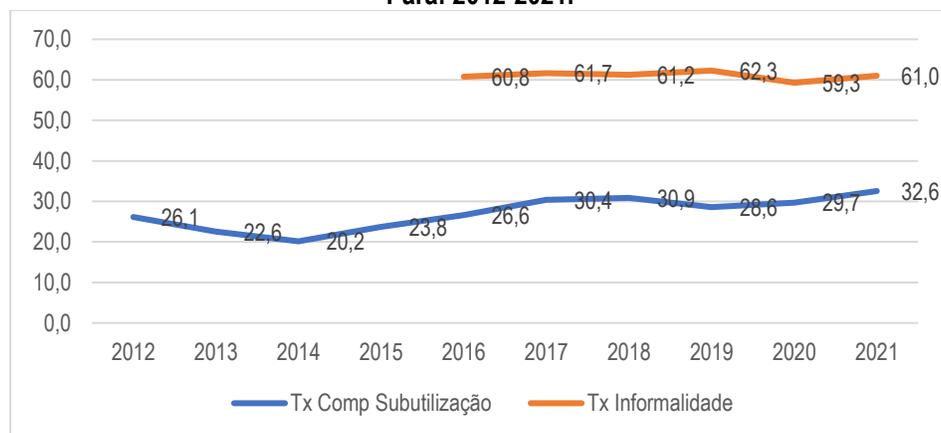
Tabela 4. Distribuição dos ocupados por posição na ocupação (em mil). Pará: 2012-2020.

Posição na ocupação	2012	2015	2018	2019	2020
Empregado no setor privado com CTA	719.855	726.330	640.899	639.438	680.069
Empregado no setor privado sem CTA	548.345	562.617	568.212	627.119	538.100
Trabalhador doméstico com CTA	38.583	37.372	39.444	32.100	15.017
Trabalhador doméstico sem CTA	187.184	167.804	177.610	168.191	153.914
Empregado no setor público com CTA	17.236	11.676	15.746	17.637	14.070
Empregado no setor público sem CTA	166.592	176.292	163.857	170.020	177.725
Militar e servidor estatutário	255.185	278.218	310.471	290.278	340.925
Empregador	119.874	146.154	157.762	121.189	122.400
Conta-própria	998.991	1.119.518	1.121.478	1.257.644	1.117.584
Trabalhador familiar auxiliar	234.238	253.486	183.603	194.167	201.975
Pessoas ocupadas na SR	3.286.098	3.479.467	3.379.082	3.517.783	3.517.783
Não aplicável	2.361.218	2.521.705	2.986.465	3.015.297	3.345.213
Pessoas não ocupadas na SR	261.173	363.073	445.373	416.041	393.139
População com 14 anos ou +	5.647.316	6.001.172	6.365.547	6.533.080	6.706.992

Fonte: IBGE. PNAD-C. Nota: CTA significa "carteira de trabalho assinada"; SR significa "semana de referência". Elaboração própria.

Por fim, vale anotar que a combinação entre elevada informalidade e precariedade nas relações de trabalho caracterizam a economia local. Assim, a taxa de informalidade (por aproximação) alcança quase dois terços da população economicamente ativa (61%) e a subutilização da força de trabalho representa quase um terço da mesma (32,6%) (Gráfico 9), o que denota tanto a informalidade entendida como traço estrutural das relações de trabalho, quanto as difíceis condições de reprodução do trabalhador paraense.

20

Gráfico 9. Taxa de informalidade e taxa de subutilização da força de trabalho (em %). Pará: 2012-2021.

Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

2.3. Renda, jornada de trabalho e desocupação

A renda média paraense em 2021 considerando todas as fontes de renda foi de aproximadamente R\$ 1.837,00 bem inferior à média nacional, sendo que, a melhora do salário médio ao longo dos últimos vinte anos deveu-se, centralmente, a política de valorização do salário mínimo, porém, pouco se alterou em termos de concentração populacional nas faixas de menores salários. Assim, a melhora no salário mínimo enquanto política nacional foi central para recomposição da renda média, como pode ser visto nos dados seguintes, porém nos anos recentes observa-se a estagnação do rendimento médio, sendo que em 2021 o rendimento médio real se encontrava no mesmo patamar de dez anos atrás, caracterizando o atual momento de retrocessos sociais e impulsionamento da superexploração da força de trabalho, como tratado por Marini (2005).

Tabela 5. Rendimento médio de todos os trabalhos habituais (em R\$). Brasil e Pará: 2012-2021.

	2012	2014	2016	2018	2020	2021
Pará	1.818	1.834	1.689	1.804	1.899	1.837
Brasil	2.528	2.657	2.570	2.653	2.782	2.587

Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

A Tabela 6 apresenta a remuneração média dos trabalhadores para diversas categorias de emprego. Vale denotar do quadro geral já observado em relação a renda média: i) independente da categoria de emprego, o rendimento médio estadual se encontra bem abaixo da média nacional, somente se estreitando a diferença nos segmentos de setor privado com carteira de trabalho assinada; ii) o segmento de conta-própria que como já observamos foi o segmento de maior crescimento em número de trabalhadores, caracteristicamente apresenta rendimento médio muito baixo, em 2020 de aproximadamente R\$ 830,00, o que denota que a maior parte desses trabalhadores realizam ocupações de baixa produtividade e serviços precários.

Os dados denotam, a importância da centralidade da política de valorização do salário mínimo, considerando que a expansão da massa salarial se fez basicamente concentrada nas faixas menores, seja pelas características de baixa qualificação da força de trabalho, ou pela qualidade do emprego gerado ser vinculado a segmentos de baixa produtividade. No entanto, a manutenção de uma política nacional de salário mínimo possibilitaria a melhora na distribuição de renda e expansão do poder de compra generalizado

na economia. Assim como deve-se pensar políticas específicas de desenvolvimento para região, especialmente tratando a lógica urbana existente, inclusive com vistas a preservar as áreas de floresta nativas e o seu entorno.

**Tabela 6. Rendimento médio de todos os trabalhos habituais por posição na ocupação (em R\$).
Brasil e Pará: 2012-2020.**

Categorias de emprego	2012			2020		
	BR	PA	PA/BR (%)	BR	PA	PA/BR (%)
Empregado no setor privado com CTA	1.463	1.230	84,1	2.430	2.128	87,6
Empregado no setor privado sem CTA	866	684	79,0	1.506	861	57,2
Trabalhador doméstico com CTA	783	648	82,8	1.377	1.168	84,8
Trabalhador doméstico sem CTA	450	365	81,1	724	545	75,3
Empregado no setor público com CTA	2.408	2.395	99,5	4.452	3.402	76,4
Empregado no setor público sem CTA	1.194	1.092	91,5	2.168	2.176	100,4
Militar e servidor estatutário	2.753	2.287	83,1	4.772	4.205	88,1
Empregador	4.293	3.294	76,7	5.947	3.468	58,3
Conta-própria	1.153	764	66,3	1.559	830	53,2

Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

A comparação evolutiva média entre a unidade federativa e o Brasil denota o padrão de baixos rendimentos regionais, pouco alterando-se em quase uma década. No segmento de trabalhadores com carteira de trabalho assinada o rendimento médio para o ano de 2020 representa 87,6% do rendimento médio nacional, sendo que em alguns segmentos, como conta-própria, chega a ser somente metade da média nacional (53,2%). Considerando que o rendimento médio brasileiro reflete as condições de superexploração da força de trabalho, algo visível quando se compara os referidos rendimentos médios com o padrão estabelecido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) referente ao chamado “salário mínimo necessário”,⁷ temos para o caso paraense uma condição ainda mais agravante que o quadro nacional, o que reflete as contradições e desigualdades regionais também.

As diferenças de rendimento médio por faixa de instrução podem ser constatadas na Tabela 7. Comparando o Pará com o Brasil, a diferença é maior na faixa de mais de 15 anos de estudo concluído.

⁷ O salário mínimo necessário é calculado com base na renda mínima que sustentaria dignamente uma família de quatro pessoas. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

**Tabela 7. Rendimento médio de todos os trabalhos habituais por faixa de instrução (em R\$).
Brasil e Pará: 2012-2020.**

Faixas de anos de estudo concluído	2012		2016		2020	
	BR	PA	BR	PA	BR	PA
Sem Instrução ou até 4 anos de estudo	617	542	863	703	928	685
De 5 a 8 anos de estudo	861	709	1.144	794	1.237	839
De 9 a a11 anos de estudo	950	769	1.247	871	1.369	960
De 12 a 15 anos de estudo	1.397	1.270	1.775	1.442	1.861	1.449
Mais de 15 anos de estudo	3.822	2.953	5.170	4.092	5.300	4.321

Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

Na Tabela 8, pode-se observar a distribuição por faixas de horas habitualmente trabalhadas, segundo a divisão por sexo. Nota-se que as faixas com maior quantidade de horas habitualmente trabalhadas são de grande predominância masculina (faixas entre 40 e 44 horas, entre 45 e 48 horas e 49 horas ou mais). No entanto, como já ponderado, as elevadas jornadas se relacionam a necessidade de complementação de renda, sendo que, no caso feminino, as menores jornadas (faixa de até 14 horas e faixa de 15 a 29 horas) vinculam-se ao não retratamento por parte das pesquisas da chamada jornada doméstica, já que, dada a necessidade de reprodução do núcleo familiar, as mulheres tendem a ter a dupla jornada (doméstica e não doméstica).

23

**Tabela 8. Distribuição dos ocupados por faixas de horas habitualmente trabalhadas, por sexo (em %).
Brasil e Pará: 2000, 2005, 2010 e 2014.**

Faixas de jornada semanal	2000		2005		2010		2014	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Até 14 horas	49,3	50,7	61,4	38,6	53,4	46,6	61,6	38,4
15 a 29 horas	50,0	50,0	29,7	70,3	48,5	51,5	31,8	68,2
30 a 39 horas	59,5	40,5	43,6	56,4	54,4	45,6	50,5	49,5
40 a 44 horas	70,8	29,2	69,2	30,7	65,1	34,9	68,7	31,3
45 a 48 horas	75,8	24,2	78,0	21,8	70,5	29,5	74,5	25,5
49 ou mais	74,6	25,4	73,1	26,9	70,2	29,8	74,6	25,4

Fonte: IBGE. PNAD-C. Elaboração própria.

Conclusão

A economia paraense constitui o melhor exemplo do aprofundamento do padrão primário-exportadora que se estabeleceu nacionalmente nos últimos quarenta anos, mesmo detendo aspectos internos fundamentais a serem ainda apurados. Pode-se observar, de um lado um segmento extrativo mineral muito expressivo, responsável por forte drive exportador (75% da pauta de exportação), porém pouco gerador de efeitos de propagação econômica internos, seja sob os aspectos de renda empregatícia, seja tributária, isso em função tanto das suas características intensivas em maquinário, seja pela lógica tributária brasileira que desonera a pauta exportadora de produtos primários e semielaborados.

Por outro, características de geração de rendimentos a partir da lógica de relações urbanas mantidas e sua interação com o entorno de cidades pequenas e médias estabelece um segundo componente gerador de rendas necessários a serem tratados. Vale ainda observar um conjunto de circuitos econômicos que são pautados pelo que denominamos de “extrativismo criativo” (Trindade, Oliveira, & Borges, 2014), tais como extração, processamento e venda de açaí, o pescado artesanal e o turismo local, elementos a serem devidamente tratados no texto final deste trabalho.

Considerando as características mais gerais tratadas neste trabalho podemos observar alguns pontos relevantes a serem destacados:

- 1) A renda familiar per capita das famílias do Pará está em antepenúltimo lugar dentre os estados da Federação: R\$ 755,00 em 2017, à frente somente do Maranhão (R\$ 597,00) e de Alagoas (R\$ 658,00), portanto, a mais baixa da região Norte, bem abaixo da média nacional (R\$ 1.268,00).
- 2) Os setores econômicos mais importantes da economia paraense são, a mineração e beneficiamento mineral, bem como, a pecuária e a extração da madeira, os quais acabam alavancando setores como: serviços em geral, a produção de alimentos, vestuário e construção civil, que colocaram o estado numa rota de crescimento econômico nas últimas duas décadas. No período de 1995 a 2007,⁸ por exemplo, o crescimento acumulado do PIB paraense foi de 157,16%, o que proporcionou um crescimento médio de 4,76%, e consolidou taxas reais de crescimento da economia paraense bem acima da evolução do PIB acumulado brasileiro, que foi de 139,77%, ou seja, 3,31% em média.

⁸ No período de 1990 a 1994, os dados referentes ao PIB regional não estão disponíveis para comparação em função de alteração metodológica ocorrida.

- 3) Por mais que tenha havido expressivo crescimento econômico, basicamente puxado pela indústria extrativa mineral, como pode ser observado no Índice de Atividade Econômica (IAEC), porém, a taxa de não assalariamento mantém-se muito elevada, em torno de 45%, o que reflete as especificidades da não universalização da chamada Relação de Trabalho Assalariada Normal (RTAN) e a forte presença de formas de empregos informais e precários.
- 4) Outro ponto de relevância refere-se, ao quadro de baixa renda da população paraense, sendo que aproximadamente 60% da população do estado vive com uma renda menor que dois salários mínimos. Este quadro de baixa renda se reflete, em outros aspectos, como por exemplo, a elevada carga horária de trabalho diária, necessária para suprir o mínimo de renda necessário à sobrevivência. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2021, o rendimento médio do paraense (R\$ 1.837) era somente 70% do valor médio brasileiro (R\$ 2.587), sendo que mais de 65% da população ocupada trabalhava acima das 40 horas semanais.
- 5) A análise da taxa de desocupação para o estado do Pará entre os anos de 2012 e 2021 demonstra característica semelhante ao quadro nacional, com forte estabilidade negativa dessa variável em boa parte do período. Entre os anos de 2012 e 2014 observa-se um característico declínio puxado ainda pelo ciclo anterior de crescimento da economia brasileira a despeito das características de acoplamento da economia paraense as condições primário-exportadoras, porém a partir de 2015 observa-se a dificuldade de retomada macroeconômica e a acentuação da desocupação que se prolonga até 2020.
- 6) Por fim, vale denotar que a combinação entre elevada informalidade e precariedade nas relações de trabalho caracterizam a economia local, assim a taxa de informalidade, por aproximação, alcança quase dois terços da população economicamente ativa (61%) e a subutilização da força de trabalho representa quase um terço da mesma (31%), o que denota tanto a informalidade enquanto base estrutural das relações de trabalho quanto as difíceis condições de reprodução do trabalhador paraense, constituindo parte da lógica de superexploração da força de trabalho predominante na sociedade brasileira.

Referências

Bebbington, A. (2009). Industrias extractivas, actores sociales y conflictos. In J. Schuldt *et al.* (Orgs.), *Extractivismo, política y sociedad* (pp. 187-225). Ed. Centro Andino de Acción Popular & Centro Latinoamericano de Ecología Social.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento (1997a). *Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional*. Editora Universa.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento (1997b). Projeto de desenvolvimento integrado da região Norte. Editora Universa.

Costa, F. A. (2012). *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. NAEA.

Emmi, M. E. F. (1988). *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Editora da UFPA.

Fiori, J. L. (2003). *O vôo da coruja*. Editora Record.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos de Pesquisas (FAPESPA). (2022). Relatório PIB do Pará 2020. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica (SECTET). <https://www.fapespa.pa.gov.br/node/161>

Gudynas, E. (2009). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. J. Schuldt *et al.* (Orgs.), *Extractivismo, política y sociedad* (pp. 131-156). Ed. Centro Andino de Acción Popular & Centro Latinoamericano de Ecología Social.

Harris, M. (2017). *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. Editora da Unicamp.

Hirschman, A. (1958). *The strategy of economic development*. Yale University Press.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). Contas Regionais do Brasil. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>

Leal, A. L. (2010). Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). *Revista de Estudos Paraenses*, edição especial, 89-122.

Luce, M. S. (2018). *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. Editora Expressão Popular.

Marini, R. M. (2005). Dialética da dependência (1973). In J. P. Stedile, & R. Transpadini (Orgs.), *Rui Mauro Marini: vida e obra*. Editora Expressão Popular.

Mendes, A. D. (1958). Introdução ao planejamento regional brasileiro (Vol. 1). Instituto de Economia e Finanças da Bahia.

Osório, J. (2012). América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In C. Ferreira, J. Osório, & M. Luce (Orgs.), *Padrões de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Editora Boitempo.

Pandolfo, C. (1994). *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais*. CEJUP.

Perroux, F. (1967). *A economia do século XX*. Editora Herder.

- Santos, R. (1980). *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. Editora Quirós.
- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (1976). II Plano de desenvolvimento da Amazônia. Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Ministério do Interior, SUDAM.
- Trindade, J. R. B. (2001). *A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte*. UFPA; NAEA.
- Trindade, J. R. B. (Org.) (2014). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia*. Editora Paka-Tatu.
- Trindade, J. R. B., & Oliveira, W. P. (2011). Especialização produtiva primária e meio ambiente em período recente na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, 14(2), 283–302.
https://www.repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/3293/1/Artigo_EspecializacaoProdutivaPrimaria.pdf
- Trindade, J. R. B., & Oliveira, W. P. (2017). Padrão de especialização primário: exportador e dinâmica de dependência no período 1990-2010, na economia brasileira. *Ensaio FEE*, 37(4), 1059–1092.
<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/3435/3838>
- Trindade, J. R. B., Oliveira, W. P., & Borges, G. T. N. (2014). O ciclo mineral e a urgência de políticas de desenvolvimento local: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará. *Revista de Políticas Públicas*, 18(2), 603–618.
<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v18n2p603-618>
- Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA) (2015). *Anuário Estatístico de Receitas do Estado do Pará 2014*.
http://www.sefa.pa.gov.br/arquivos/contabilidade/ANUaRIO_SEFA_2014.pdf

Recebido em 10 de dezembro de 2022.

Revisado em 16 de março de 2023.

Aprovado em 10 de maio de 2023.